

ENTRE A CRUZ E A ESPADA: TRANSIÇÕES, PERDAS E LUTO DENTRO DE UMA PENITENCIÁRIA

BETWEEN THE CROSS AND THE SWORD: TRANSITIONS, LOSSES, AND GRIEF WITHIN A PENITENTIARY

ENTRE LA CRUZ Y LA ESPADA: TRANSICIONES, PÉRDIDAS Y DUELO DENTRO DE UN PENITENCIARIO

Maria Carolina Rissoni Andery

- Doutora em Psicologia Clínica, mestre em Psicologia Social, Psicóloga e Assistente Social pela PUCSP.
- E-mail: carolandery@gmail.com

Gabriella Costa Pessoa

- Mestre em Psicologia Clínica e Psicóloga pela PUCSP.
- E-mail: gabriellacostapessoa@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os lutos vividos por pessoas privadas de liberdade, considerando o encarceramento como um rompimento de vínculos que demanda adaptações, revisão de crenças e concepções de mundo e de si, com base em uma pesquisa qualitativa que buscou compreender o sentido da religião para identidade do presidiário que cumpre pena no presídio da Polícia Militar de São Paulo. Por meio da história de vida de José discute-se sobre os possíveis lutos vividos, lutos não reconhecidos atrelados a estigmas sociais e o possível impacto na vivência emocional dos sujeitos e suas relações sociais. Conclui-se que a espiritualidade pode ser um recurso de adaptação, mas ressalta-se a necessidade de políticas institucionais que ampliem o espaço para o cuidado emocional e a ressignificação para além da religião.

Palavras-chave: Luto; Privação de Liberdade; Polícia Militar.

ABSTRACT

This article analyzes the bereavements experienced by people deprived of their liberty, considering imprisonment as a break in ties that demands adaptations, revision of beliefs and conceptions of the world and of oneself, based on qualitative research that sought to understand the meaning of religion for the identity of the inmate serving time in the São Paulo Military Police prison. Through José's life story, we discuss the possible bereavements experienced, disenfranchised bereavements linked to social stigmas and the possible impact on the emotional experience of the subjects and their social relationships. The conclusion is that spirituality can be a resource for adaptation, but there is a need for institutional policies that expand the space for emotional care and find new meanings beyond religion.

Keywords: Bereavement; Deprivation of liberty; Military Police.

RESUMEN

Este artículo analiza los duelos vividos por personas privadas de libertad, considerando el encarcelamiento como una ruptura de lazos que exige adaptaciones, revisión de creencias y concepciones del mundo y del mismo, a partir de una investigación cualitativa que buscó comprender el significado de la religión para la identidad de un preso que cumplía condena en la cárcel de la Policía Militar de São Paulo. A través de la historia de vida de José, se discuten los posibles duelos vividos, duelos no reconocidos vinculados a estigmas sociales y el posible impacto en la experiencia emocional de los sujetos y en sus relaciones sociales. Se concluye que la espiritualidad puede ser un recurso para la adaptación, pero se enfatiza la necesidad de políticas institucionales que amplíen el espacio para la atención emocional y la resignificación más allá de la religión.

Palabras clave: Duelo; Privación de libertad; Policía Militar.

INTRODUÇÃO

Compreender a vivência do luto como resposta a um rompimento de vínculo, destarte, para além da perda por morte, abre espaço para reflexões e questionamentos sobre as situações que levam a rompimentos de laços afetivos, tais como: mudanças no ciclo vital, de endereço na mesma cidade, estado e/ou país, separação conjugal e privação de liberdade. Ou seja, eventos em que há reorganização do mundo presumido, conhecido e interno, revisão de crenças pessoais, no mundo ou na justiça que governa e por isso, na vivência do processo de luto. A pessoa pode reafirmar suas crenças e/ou buscar novos sentidos relacionados à espiritualidade, concepções de si e de mundo. (Pessoa, 2017)

Conforme Parkes (1971; 1998; 2009), o conceito de “mundo presumido” refere-se ao esquema interno que construímos como base para nossas ações e pensamentos. Esse modelo inclui pressupostos sobre objetos, organização de nossas ações, percepções sobre nós mesmos e nossos relacionamentos, bem como nossa capacidade de enfrentar riscos. É a partir dessa construção interna que desenvolvemos confiança, uma sensação de controle sobre nossos mundos interno e externo, além de interpretações sobre a realidade. O autor afirma que situações que desafiam esse modelo podem nos incapacitar por surgir discrepâncias entre o que é e o que deveria ser, pois “ansiedade e o medo embaçam nosso julgamento e prejudicam nossa concentração e memória, nossa tentativa de dar sentido ao que aconteceu tende a ser lenta e ineficiente.” (Parkes, 1998, p. 116).

Nesse sentido, pensar nos lutos de pessoas que são privadas de liberdade nos leva a discussões e perguntas sobre lutos não reconhecidos e não validados pela pessoa, rede de apoio e/ou sociedade, mudanças na identidade e rompimentos de vínculos. Assim sendo, este artigo tem como base uma pesquisa de mestrado¹ executada entre os anos 2010 e 2012 na cidade de São Paulo que teve como campo-tema o presídio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi qualitativa, com abordagem narrativa e técnica da história de vida como estratégia de investigação em que a pesquisadora pede que as pessoas entrevistadas contem a história de sua vida e a partir deste

1 Aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAEE 01399712.1.0000.5482

encontro, descreve e analisa o conteúdo compreendendo os significados dados aos eventos e construção de sua identidade. A pesquisa de campo foi feita dentro da instituição prisional por meio de conversas com o diretor e o psicólogo do presídio, participação nas manifestações religiosas para conhecer o funcionamento, conversar com o líder religioso de cada religião e com as pessoas privadas de liberdade de forma a aprofundar o conhecimento da microssociedade presente no presídio. Inicialmente, a pesquisadora entrevistaria pessoas que manifestassem interesse em participar da pesquisa ao longo das visitas aos cultos, porém houve necessidade de reorganização metodológica por questões institucionais e a escolha aleatória se fez a partir de uma lista de aceite disponibilizada pelo diretor da instituição.

Dessa forma, apresentou-se três histórias de vida das cinco histórias ouvidas e transcritas, levando em conta a apresentação das histórias e objetivo da pesquisa: compreender o sentido dado à religião e a relação com a identidade de diferentes pessoas privadas de liberdade no presídio da Polícia Militar. A pesquisa teve como embasamento teórico, principal, o sintagma de Antonio da Costa Ciampa (2005): identidade-metamorfose-emancipação para compreender se há metamorfose na identidade das pessoas entrevistadas durante a estada no presídio e o contato com a religião (Andery, 2012).

Para Ciampa (2005), a identidade é um processo de metamorfose em busca de emancipação percebida por meio dos papéis desempenhados nas relações sociais, levando em conta o homem como produto e produtor da sociedade e sua história. Para o autor, por meio dos papéis que executamos passamos informações sobre nós mesmos e nos localizamos nas relações a partir de expectativas, modos de ser e se comportar. Ou seja, as identidades e as relações se constituem através da intersubjetividade, reconheço o outro e ele a mim de forma que nos transformamos, nos identificamos e metamorfoseamos.

Dessa forma, apresentação e as análises das histórias de vida feitas por Andery (2012) mostram o caminho que cada pessoa encontrou dentro da instituição para lidar com a privação de liberdade e a aproximação com a religião ao longo do tempo de cumprimento da pena seja como meio de reencontrar um grupo conhecido e já frequentado quando em liberdade, seja por curiosidade e busca por pertencimento

dentro do local. Caminhos que abriam espaços para questionamentos sobre a religião como única saída dentro daquele espaço e a vivência de lutos com o rompimento dos vínculos familiares, mudança em relação ao papel social e na identidade com a escolha em ser policial, ao ser privado de liberdade e tornar-se religioso.

O presídio da Polícia Militar tem especificidades em seu funcionamento por seguir a Lei de Execução Penal (LEP), nº 10.792 de 2003 (alteração da Lei 7.210 de 1984) e o Regimento Interno de Execução Penal instituído pela Resolução nº 0009/2012 pelo Tribunal de Justiça Militar de São Paulo. As pessoas que são levadas ao local lá estão para cumprimento de medidas de segurança (prisão preventiva) e/ou cumprimento de penas privativas de liberdade e podem responder de duas formas à justiça: militar, também chamada de administrativa, e/ou a justiça para civis, dita comum.

Assim sendo, o processo e julgamento criminal são feitos pela justiça militar e a justiça civil e do resultado destes vem a decisão sobre o tempo de cumprimento de pena e a continuação ou não da atuação enquanto policial militar (Andery, 2012). Por exemplo: se a pessoa foi condenada a 2 anos ou mais, será expulsa da corporação e essa ação é aplicada “quando a praça policial-militar, independentemente da graduação ou função que ocupe, for condenado judicialmente por crime que também constitua infração disciplinar grave e que denote incapacidade moral para a continuidade do exercício de suas funções”, segundo o artigo 48 da Lei Suplementar nº 893 de 2001 do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

Como nos mostra Andery (2012), a instituição não é apresentada como os demais prédios de penitenciária que podem ser vistos na cidade de São Paulo, a arquitetura é menos hostil; há árvores em vez de muros altos e cinzas, não são visíveis altas torres de vigilância e a circulação interna não é com corredores estreitos e bem controlados em todo o ambiente prisional - há espaços amplos e outros mais estreitos, na fachada de entrada havia um slogan “Aqui o ser humano renasce para construir um futuro melhor” (p. 32).

À época da pesquisa, os homens que cumpriam pena naquele local podem ficar em dois prédios diferentes: administração e subseção correcional e os internos, como são chamadas as pessoas em privação de liberdade no local, passam por três

estágios no regime fechado até a progressão de pena para regime semiaberto e regime aberto; e as mulheres passavam por todo processo de progressão de pena no mesmo prédio, localizado no mesmo local do prédio da subseção correccional. (Andery, 2012)

Em relação aos três estágios do regime fechado: no primeiro, as pessoas ficam na subseção correccional; no segundo e no terceiro, ficam no alojamento-cela destinado a cada estágio que fica no prédio da administração; os internos usam uniformes de cor diferente e em cada estágio há número e tempo de visitas diferentes; assim como há locais diferentes da instituição em que podem circular. Além dos diferentes locais e uniformes, há diferenças em relação às visitas: “no começo, podem receber um familiar de primeiro grau e esposa/marido, mas com o decorrer do tempo aumenta para dois familiares e um amigo, além da possibilidade de ficar só no prédio, poder circular em volta e depois ir até o parquinho” (Andery, 2016, p. 35-36).

Conforme destacado por Andery (2012), uma das diferenças está na aplicação prática da Lei de Execução Penal (LEP), que assegura que todos os internos realizem trabalho obrigatório e tenham acesso aos serviços de assistência social, psicológica, médica, farmacológica, odontológica, jurídica e religiosa. Esse modelo permite uma abordagem mais ampla para a discussão sobre a reintegração social.

Em relação à assistência religiosa, estão presentes diferentes crenças, tais como: evangélicas, católica, espírita e umbanda; os cultos, assim são chamadas todas as manifestações religiosas que vão ao local, acontecem todos os dias da semana, no presídio masculino, e cada um pode escolher ou não os frequentar. Segundo Andery (2012), além de os cultos acontecerem diariamente, dentro da instituição há imagens e frases com cunho religioso na entrada da instituição e do prédio da administração, as pessoas que trabalham no local acham importante e validam a relação com a religião, demonstrando ser considerada parte da política de identidade da instituição.

Ou seja, conforme Andery (2012), as ações e discursos desenvolvidos no presídio da Polícia Militar (PM) em busca da afirmação e desenvolvimento de sua identidade coletiva, instrumento de regulação e manutenção de modelos identificatórios tem imbricada em si a importância da religião durante a estada no local e como meio para transformação pessoal. Esse aspecto suscita uma reflexão

sobre o espaço disponível para que os indivíduos possam expressar suas emoções, vivenciar seus sentimentos e elaborar seus processos de luto.

OS POSSÍVEIS LUTOS DENTRO DA PENITENCIÁRIA

Por luto entende-se “um processo de construção de significado e resposta ao rompimento de vínculo, durante o qual a reformulação de identidade e a integração das novas concepções de mundo e de si acontecem de forma individual, porém, levando em conta as regras sociais, culturais e espirituais” em relação às maneiras, por quais motivos e como o luto deve ser vivido (Andery, 2021, p 49). Importante dizer que, dessa forma, o luto não é vivido somente após a morte de um ente querido, mas em diferentes situações em que o vínculo é rompido, tais como: privação de liberdade, separação conjugal, mudança de endereço, mudança de escola e fases da vida. Assim sendo, entendemos o luto como resposta à perda por morte e por situações em que é preciso fazer mudanças importantes relacionadas ao mundo presumido, hábitos e crenças construídos ao longo da vida, como, como em separações e transições psicossociais (Parkes, 1971, 1998; Franco, 2021, Andery, 2021).

Dessa forma, pensar nas transições vividas pelas pessoas que escolhem ser policiais militares e tornam-se presidiários e religiosos nos levam a reflexões sobre os lutos presentes nas metamorfoses das identidades frente às grandes mudanças. À vista disso, a história de vida de José, contada e analisada por Andery (2012) em relação ao sentido da religião em sua identidade, nos leva de encontro a reflexões sobre os diferentes lutos vividos e a adaptação às perdas em meio as metamorfoses de sua identidade, assim como a pensar nos lutos não reconhecidos, conforme exposto a seguir.

Vale dizer que luto não reconhecido² ou luto não autorizado é um conceito desenvolvido por Kenneth Doka (2012) que integra perspectivas sociológicas, psicológicas e biológicas em relação a perdas e lutos e diz respeito a perda, pesar e sofrimento desprovidos de direitos por parte da sociedade ou invisibilizado pela própria pessoa. Essa não autorização e invisibilização tem relação com regras socioculturais pré-estabelecidas,

2 No original, disenfranchised grief.

no caso do presente artigo nos leva a discussão sobre preconceitos e estigmas relacionados à pessoas privadas de liberdade e presentes em situações de violência.

Segundo Andery (2012), no momento da entrevista, José já era egresso do presídio e voltava ao local para conversar sobre sua trajetória pessoal relacionada ao cumprimento de pena e encontro com a religião, com as pessoas que estavam privadas de liberdade.

É possível dizer que o primeiro rompimento do mundo presumido de José ocorreu ao ingressar como policial militar na Zona Leste da cidade de São Paulo, uma região que, na década de 1980, apresentava altos índices de criminalidade e revelou uma realidade até então desconhecida para ele. Sua escolha profissional foi influenciada pela identificação com o pai, também policial, cujas narrativas o apresentavam como uma figura de autoridade respeitada e detentora de controle. No entanto, o cotidiano de José despertou sentimentos contrastantes, como raiva, impotência e uma intensa busca por justiça, especialmente por não se sentir reconhecido pelo trabalho que desempenhava nas operações, o que contrastava com os ideais assimilados durante a formação acadêmica,

Essa nova realidade trouxe consigo questionamentos e ruptura de suas crenças anteriores, resultando em uma sensação de perda. José acreditava possuir o poder de prender e resolver crimes de forma eficaz, “aí... o tempo passou tal tal, trabalhava 8 horas a mais e prendendo, prendendo...mai prendia. Onde eu sabia que tinha bandido famoso, onde diziam que polícia não entrava, era lá que eu ia. Eu prendia...” (Andery, 2012, p.63). Porém, apesar de fazer seu trabalho dentro das regras aprendidas, confrontou-se com obstáculos e colegas que não exerciam suas funções como deveriam. Após prender duas pessoas e encontrá-las na rua descobriu a corrupção e então optou por mudar sua atitude. “Aí eu naquele dia lá resolvi tomar o lugar de Deus né, peguei eu, tira a letra D, tira a letra S, fica uma palavra de duas letras EU. Aí resolvi tomar o lugar de dEUs, aí eu a partir de hoje sou juiz, sou advogado, sou promotor” (Andery, 2012, p 64). José então perde sua identidade anterior e muda de personagem, tornando-se o policial detentor do poder-dEUs-justiceiro que logo se transforma em poder-dEUs-justiceiro-criminoso, fazendo justiça com suas próprias mãos.

A quebra de seu mundo presumido faz com que precise ajustar-se a uma nova realidade que “exige uma acomodação assentada em novos valores e crenças”

(Casellato, 2020, p.28). Usou sua crença em Deus e o conhecimento pré-existente, por vir de uma família que se identificava com a religião Católica, para colocar-se no lugar daquele que acreditava ser poderoso e resolutivo. Porém, de justiceiro que resolvia as situações com as próprias mãos e não por meio da justiça, José tornou-se criminoso ao ser investigado e foi preso por triplo homicídio: “fiquei dois meses e meio preso, na mesma condição que os outros saíram, eu... cabei me tornando um criminoso, aí eu sai, continuei na PM até porque eu tinha patente de Tenente, fiquei aguardando o julgamento em liberdade” (Andery, 2012, p.64).

O período que José aproveitou para se dedicar aos estudos. Durante os quatro anos do processo judicial, cursou a graduação em Direito e realizou uma extensão universitária em Análise de Sistemas. Paralelamente, decidiu aprofundar-se na espiritualidade, buscando orientação religiosa com o auxílio de um amigo próximo. Essa aproximação teve como principal motivação o desejo de confessar seus atos e compartilhar sua trajetória, impulsionado pela intenção de alcançar uma forma de redenção e minimizar as consequências jurídicas e pessoais de sua confissão.

Ao experimentar Deus e abrir-se para a fé, entendeu ser importante se casar com a esposa, com quem já tinha três filhos, e buscou agir de forma diferente em seu cotidiano, reorganizando seu mundo presumido, identidade e relações sociais enquanto aguardava o julgamento afastado do trabalho. Os lutos vividos por José e sua família não eram nomeados, as emoções tinham pouco espaço para serem cuidadas e as resoluções foram práticas como forma de manter a imagem de uma pessoa ética que estava fazendo o melhor, resolvendo questões e seguindo regras sociais, mesmo quando escolhe ser justiceiro. Pois assume a identidade e abusa de seu poder para agir contra o mal.

José foi condenado e preso após o terceiro julgamento há quarenta e três anos de reclusão, com 28 anos, e entregou-se no presídio antes de ser buscado pela Polícia em sua casa, como “paraibano que honrava a palavra, fazendo um fio do bigode valer mais que papel assinado” (Andery, 2012, p. 65). Por seu comportamento anterior ao julgamento, os colegas não acreditavam que ele se entregaria e agiu dessa forma para honrar a si e a história de sua família. As metamorfoses em sua identidade têm relação direta com a quebra de seu mundo presumido e a perda de sua identidade

enquanto dEUs e policial militar, sendo possível identificar a forma encontrada para se adaptar às perdas e a vivência de um luto antecipatório pela privação de liberdade.

Pode-se falar em luto antecipatório, ou seja, o processo intrapsíquico usado para adaptar-se à iminente privação de liberdade como mecanismo de adaptação para aliviar o impacto da perda a partir das escolhas de José durante o processo de julgamento, uso o tempo em liberdade para reorganizar suas relações, estudar e olhar para si (Worden, 2013; Kreuz, Tinoco, 2016).

O homem que honra a palavra, fez justiça com as próprias mãos após se deparar com corrupções e frustrações relacionadas ao fazer profissional, e estava buscando outras formas de se relacionar e estar no mundo que não fosse usando a farda, torna-se o policial detentor do poder-dEUs-justiceiro-criminoso-presos (Andery, 2012) e precisa entregar sua patente, farda, arma e estrela que usava em serviço, seus documentos e roupas usados no momento da prisão. Ou seja, esse momento tem como consequência lutos com os rompimentos de vínculos relacionados ao cotidiano, *status* social, convívio com os seus e perda da identidade construída para si ao longo de sua carreira, autonomia nas decisões, assim como escolha de suas redes de contato, afeto e apoio.

A privação de liberdade rompe com o mundo conhecido de José e o coloca frente a uma microssociedade com regras e pessoas conhecidas e desconhecidas, internos e policiais de serviço que conhecia em seu cotidiano profissional e outros desconhecidos que passam a fazer parte de seu cotidiano. Daquele momento em diante, todas as atividades de sua rotina acontecerão no mesmo local, o complexo prisional. O rompimento com seu mundo presumido o coloca frente a necessidade de adaptação e busca por lugares e locais significativos, dentro do complexo, para cada evento-atividade, o que conforme Cordeiro (2010) molda a identidade no espaço e na relação com os objetos.

Conforme Merleau-Ponty (1945) nos ensina, a vida necessita de sentido e estar num ambiente prisional em que não há subdivisão de programações e tempo, como o cotidiano na rua que fraciona as atividades em locais diferentes, faz com que cada um e todos precisem aprender a sua forma de conviver com a microssociedade imposta e adaptem-se ao novo em meio a algumas regras conhecidas, pois o funcionamento do presídio é próximo ao de um quartel. José exemplifica essa busca ao sentir-se perdido e

tentar resgatar sua conexão com sua crença anterior - o catolicismo - de modo a fazer a manutenção dos dispositivos sociais e movimentos dialéticos vividos em seu cotidiano anterior à privação de liberdade. Contudo, ele não encontra o significado esperado, nesse contato inicial, e interrompe temporariamente sua relação com a religião.

José compreendia a imagem do policial como alguém sério com pouca demonstração de afeto e ao ser privado de liberdade como consequência de seus atos julgados criminalmente, não compreendia ser possível sorrir dentro do presídio. Porém seu colega de cela, que falava muito em Deus, o convida para participar de um culto depois de demonstrar emoção em diferentes momentos e ele decide ir ao culto. No local, presenciou pessoas sorrindo, de olho fechado e gritando, falando, o que o deixa incomodado e pensativo, suas crenças e concepções de si e do outro novamente são questionadas: “aí eu entrei, aí o que que eu vi de diferente lá dentro as pessoas sorriam lá dentro, aí eu falei: nossa as pessoas dão risada aqui dentro do presídio?!”, aí eu olhei né?! Falei, “pô 5 anos isso aqui enferrujado” (mostra a boca sorrindo) aí os caras cumprimentando na porta lá, aí eu olhei ah, estiquei o dentão “como vai tudo bem? Como vai?”. Aproveitei dei risadinha, aí começou o culto, tinha música, aí o pessoal fazia com a mão...aí eu falei “nossa tem festa, isso aqui é uma festa né?!”, o pessoal todo mundo alegre e tal, falei nossa, nossa tem festa aqui dentro, aí já fiquei pensando no final da festa tem bolo né?! Fiquei pensando (junta as palmas da mão e esfrega uma na outra) vai ter comidinha aí... aí o que estranhei sabe o que foi? Teve uma hora que o povo começou a orar, aí era...lá era pequeno né?! Tinha uns 50 preso num ambiente apertadinho, era... aí um deles, um sozinho, orava assim mais ou menos “blaloloblaloblalo” gritando né?! Do meu lado lá, Hum! Mas os 50 oravam gritando aí quando eu vi, os cara tudo de olho fechado e só eu com o olho desse tamanho aqui assustado, eu falei “nossa o que tá acontecendo aqui dentro essa gritaria né” eu tentei sair, mas tava apertado não consegui sair, aí quando olhei pro lado um olho, pra mim (faz um som demonstrando que não entendia o que as pessoas falavam, como se fosse murmurinho rápido), olhei pra trás tinham dois olhando pra mim, aí aí baixou a cabeça “adsfid”, aí eu fiquei invocado, eu falei já entendi o problema sou eu, aí fiquei invocado, fechei o olho, não conhecia Jesus né?! Orei direto com Deus, eu falei “Deus (‘bichinho era ruim’) eu não sei o que eles estão pedindo, mas eu não quero”, coração duro né?!” (Andery, 2012, p.67).

Apesar de perceber que suas crenças não eram comuns a todos e que havia espaço para entrar em contato com as emoções, se entende como “buchinho ruim” e não reconhece suas emoções e espaço para lidar consigo de forma diferente. Porém, esse mesmo colega, em um outro dia conta de um sonho relacionado a sua liberdade e pouco tempo depois consegue a soltura, o que faz José ligar o sonho a magia da religião e pensar se essa é a única saída para conseguir a liberdade e passa a buscar solução para suas inquietudes indo aos cultos (Andery, 2012).

Os primeiros contatos de José com diferentes cultos, como os da Assembleia de Deus, espiritismo e Igreja Adventista, ocorrem inicialmente como uma curiosidade para conhecer o funcionamento dessas práticas e observar o comportamento das pessoas que frequentam esses espaços. Contudo, com o passar do tempo, as palavras ouvidas nos cultos e a convivência com os colegas despertam nele o desejo de buscar a magia que a crença em Deus pode proporcionar. Essa busca não se limita ao espiritual, mas também envolve a procura por uma rede de apoio e um senso de pertencimento, promovidos pelo compartilhamento de emoções, sentimentos, testemunhos e reconhecimento no cotidiano.

Nesse contexto, a reflexão sobre o papel da religião e da religiosidade ganha relevância. Lapa (2007) define religião como uma derivação do latim *re-ligare*, indicando conexão com o divino. Ele explica que a religião é a instituição que permite vivenciar a religiosidade, sendo esta caracterizada pela busca de sentimentos relacionados ao sagrado: “É na religião que o homem tem procurado explicações para fenômenos desconhecidos e sentimentos de desamparo ou medo, enfim, respostas para as incertezas que se apresentam ao longo da vida” (p.150).

Apesar de não se identificar como religioso e frequentar os cultos, faz coro com os demais internos e conversa com o capelão da Igreja Católica que ia ao presídio para pedir outras atividades, “falei ah a gente precisa de uma atividade espiritual tal... eu fazia coisa, mas eu tinha noção, aí ele falou assim ‘óh vem cá mais precisa ter missa, ter não sei o quê’ e aí até tava, tava de terça, acho que era de terça que tinha, ah eu pegava ia lá na missa, pegava o nome dos morto, essas coisas, nossa que ignorância (nome dos mortos?) é que, você tem algum parente que morreu, você quer que...católico não esses negócio? Aí eu passava em todas as celas, pegava o nome dos cara levava lá pra missa e tal, só que aí, as

coisas a gente não via resultado sabe, não sei, ficou um negócio frio, aí eles também não iam...aí a falta desanima né?! Não tem uma continuidade né?!” (Andery, 2012, p.68)

Porém, essa busca não fez sentido para ele e vivia a mesmice de sua identidade enquanto policial detentor do porte-deus-justiceiro-criminoso-presos em busca de alguma solução para sair do local em que sua patente não garantia o mesmo reconhecimento e *status*, pois ali, esse papel social não existia. O luto por sua identidade e rompimento de vínculos era vivido por meio da mesmice, adiando o luto apesar de certa adaptação ao local por meio do convívio com os demais internos e o papel que buscava assumir: resolver questões para os colegas.

Após sete anos de cumprimento de pena, José fez o exame criminológico em busca da progressão de regime para o semiaberto. Nesse momento busca um novo movimento e passa a frequentar por curiosidade e desejo os cultos das igrejas evangélicas, mas mantinha-se no personagem e dizia visitar os cultos para ficar com o “currículo de fechado” (Andery, 2012, p. 69). Durante as idas aos cultos, recebe um benefício para usar o telefone e por engano faz contato com um pastor, após essa conversa no telefone encontra-se novamente com o lado mágico da religião e passa a ir aos cultos com sua Bíblia nas mãos. Apesar do estigma, reconhece sua escolha e as mudanças em relação a crenças pessoais e pré-conceitos com colegas evangélicos.

Neste momento, buscar perdão e redenção por seus erros. A redenção, que pode ser entendida como o ato de reparar falhas ou alcançar reconciliação, assume para ele um significado teológico profundo: a salvação da humanidade por meio de Jesus Cristo. Esse processo de libertação reflete sua busca por uma transformação interior. Esse movimento acontece como significação do todo: encontra outros locais de sentido dentro da unidade prisional e fora daquele ambiente, sua família havia ganhado um novo membro e José começa a refletir sobre a mesmice de sua identidade e mudanças presentes dentro e fora da instituição, sente a urgência de encontrar respostas e transformação para acompanhar esse movimento, consolidando sua trajetória de autocompreensão e renovação. Então, rompe com seu mundo presumido e busca nova organização das crenças pessoais e metamorfose em sua identidade: “To com a mulher, quatro filhos, o quarto nasceu enquanto eu tava preso, eu não aguento, não aguento... to dando sorte, até hoje eu dei sorte,

com toda essa ignorância minha eu tenho dado sorte, entendeu, é como se minha máscara tivesse caído no chão, tivesse quebrado, eu andava mascarado. Eu mostrava uma coisa, mas aqui dentro é outra, isso existe muito lá dentro, porque as pessoas tem vergonha de falar a verdade do que tá acontecendo, se tá com problema no casamento, se sente que tá perdendo sua mulher, se sente que as pessoas não vem te visitar, aí você sabe...e as pessoas têm vergonha, o cara fala poxa eu acho que a minha mulher tá saindo com outro cara e tudo isso vai mexendo sabe?! Mexe com emocional, mexe com tudo... mas se não, como é que você vai falar assim ‘meu acho que minha mulher tá me traindo?’ vai falar um negócio desse de homem pra homem? Nossa... muitas coisas você ficava...eu conversando comigo mesmo falei assim eu não sou super-homem (...) o fato é que eu sentei naquele culto e fiquei três meses e meio estudando esse livro (mostra a Bíblia) aí eu olhava assim, ficava, o cara falava, aí tinha as músicas, eu comecei gostar das músicas... músicas lá que, tinham mulheres que entravam né?! Nessa época não conhecia a Associação PMs de Cristo³, só via as pessoas irem fazer o culto” (Andery, 2012, p.70).

Nesta mudança, José se sentiu amado, perdoado, reconheceu suas emoções, sentimentos e suas perdas: de liberdade, *status* e papel social enquanto policial e proximidade com a família, transformando sua identidade para o novo papel, se torna policial detentor do poder-deus-justiceiro-criminoso-presos-religioso.

Com o movimento de revisitar seu tempo de privação de liberdade, encontro com Deus e buscar novas formas de se relacionar, conscientiza-se das perdas relacionadas às pessoas que não estão privadas de liberdade: ao longo dos anos os amigos pararam de visitá-lo e o contato com o mundo conhecido antes do cumprimento de pena estava menor. Possivelmente, vive o luto da transição vivida e usa a religião como forma de cuidado e busca de ajuda para conseguir a progressão de regime. Ao fazer esse movimento, deposita em Deus toda sua confiança, substituindo o poder que antes acreditava estar em si mesmo, como justiceiro.

“Aí a voz chamou de novo ‘José?’ e existem passagens na Bíblia de que Deus

3 PMs de Cristo é uma Associação de Policiais Militares de diferentes denominações de igrejas que têm diferentes ações junto a corporação com objetivo prestar assistência espiritual, psicológica e social aos policiais. Ver mais: <https://www.pmsdecristo.org.br/>

chamava as pessoas pelo nome, tem diversas passagens que diz...Aí ele pegou e disse assim, como ele dizia assim ‘bom três meses e meio ouvindo a palavra estudando, ele já ta preparado sabe o que vai acontecer’, então Deus disse assim ‘então te humilha na minha presença, joga todo seu orgulho no lixo, te ajoelha nesse chão, se enverga pra mim e pede o que é mais importante pra sua vida.’ Nossa quando eu ouvi isso daí tal, aí minhas pernas começaram tremer, fui treinado pra não me envergar pra ninguém, minhas pernas começaram tremer, quando eu vi, eu caí, caí de joelho no pó da madeira que eu tava varrendo, aí eu comecei a falar com Deus, que eu nunca tinha falado antes” (Andery, 2012, p.72).

A metamorfose em sua identidade ao tornar-se policial detentor do poder-deUs-justiceiro-criminoso-presos-religioso abre espaço para José reconhecer e assumir sua fragilidade e abre espaço se adaptar às novas regras e formas de se relacionar. A construção de significado em relação a sua privação de liberdade parece ganhar um novo tom ao modificar suas crenças e conseguir a progressão de regime prisional. Entende essa conquista como benção de Deus e escolhe seguir as doutrinas e rituais da Igreja; como demonstração de sua conversão e consolidação da fé e transformação pessoal, se batiza.

As metamorfoses na identidade de José acontecem em meio às transições e rompimentos com o mundo conhecido e idealizado. Conforme José refaz a narrativa da sua história, ressignifica toda a sua vida, possibilitando integrar seu lado puro e seu lado sombrio. A progressão de pena para o semiaberto faz parte desse processo e a integração do luto de sua identidade enquanto policial militar é exemplificada por meio das mudanças de atitudes e o reconhecimento de si em outro papel: religioso que a todos perdoa e presidiário que cumpre a pena no regime semiaberto, portanto, retorna por algumas horas ao convívio com outras pessoas em seu trabalho no hospital (Andery, 2012).

A busca por estrutura, sentido e significado de José se faz por meio da religião e segundo Ribeiro (2004), faz parte do instinto de prova da divindade que o ser humano possui e que proporciona identidade à humanidade em constante transformação.

Após cinco anos cumprindo pena em regime semiaberto, José vivenciou mudanças significativas em sua vida pessoal e emocional. Durante esse período, enfrentou a

separação conjugal e lidou com o impacto emocional decorrente da descoberta de uma infidelidade por parte de sua ex-esposa. Posteriormente, iniciou um novo relacionamento com uma pessoa de forte orientação religiosa, o que marcou o início de um processo de transformação pessoal. Em um exame criminológico realizado nesse contexto, José admitiu a autoria de seus crimes, reconhecendo-os como parte de sua identidade anterior. Ele atribuiu sua mudança a essa nova fase de sua vida, em que reconstruiu sua identidade com base em valores religiosos. Após cumprir quatorze anos e três meses de reclusão, José foi beneficiado por um indulto, obtendo sua liberdade.

No mesmo ano, José foi procurado pelo diretor do presídio, que o convidou a compartilhar sua trajetória de vida e seu encontro com a religião com os internos da unidade prisional. Desde então, ele passou a frequentar o presídio em um novo papel, como exemplo de transformação e ressocialização. Além disso, José iniciou atividades em um albergue, onde auxilia pessoas em situação de vulnerabilidade. Durante uma visita ao local, ele explicou à pesquisadora a complexidade de sua jornada, mencionando de forma reflexiva: *“eram eles que eu matava e ele que matava a gente”*, enquanto apontava para uma pessoa identificada como traficante (Andery, 2012, p. 75).

Por ser egresso do sistema prisional e uma pessoa que tem a atribuição de contar sua história de vida, levando em conta o processo de cumprimento de pena e encontro com a religião, para outras pessoas privadas, José se apresenta como um personagem de sua própria história. A mesmice de sua identidade é vista no adiamento dos lutos e sofrimento, magia da religião e as mudanças vividas na microssociedade que fez parte por longos anos e que continua a frequentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A religião é a única saída?

Pensar o luto como resposta ao rompimento de vínculo, para além da perda por morte, em contextos prisionais destaca a complexidade dessas experiências e as múltiplas dimensões envolvidas junto a transição psicossocial advinda com a privação de liberdade e necessidade de adaptações, revisão de crenças e identidade.

A partir da história de vida de José, percebe-se que o luto, individual e singular, assume características específicas em ambientes de privação de liberdade, atravessado por estigmas sociais, normas institucionais e barreiras emocionais impostas tanto pelo ambiente quanto pela sociedade em geral. Há camadas adicionais de complexidade à experiência e significação, por serem os lutos frequentemente invisibilizados seja pelo indivíduo, seja pela sociedade que tende a desconsiderar as experiências emocionais de pessoas em privação de liberdade, seja pela instituição cujo foco é disciplina e controle.

Nesse sentido, é possível dizer que a natureza punitiva da instituição invisibiliza os sentimentos e emoções que podem ser associados a fraqueza, falha e/ou fingimento uma vez que a pessoa está no local em decorrência de atos ilícitos e exercia um papel de destaque socialmente, com poder de decisão sobre a vida das pessoas e parte de um seletivo grupo.

Ou seja, compreender os lutos de internos do presídio da polícia militar nos apresenta uma nova camada na discussão: são pessoas que carregam os estigmas de toda pessoa que é julgada criminalmente e privada de liberdade junto a outros relacionados aos erros cometidos enquanto agente do estado com função de proteger e cuidar dos cidadãos.

O que nos mostra a fragilidade do ser humano e apresenta importantes reflexões sobre a falta de cuidados relacionados à saúde presente nas instituições militares; conforme aponta Andery (2012), não há espaço para que os policiais exponham suas fragilidades e cuidem de sua saúde mental sem que tenham medo de retaliação, situação que infelizmente não parece ter sido modificada vide os altos índices de crimes cometidos por policiais militares, assim como o alto índice de questões de saúde mental. Conforme aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 48), “os policiais morreram mais por suicídio do que por confronto em serviço”.

Em sendo alto o índice de violência presente no cotidiano das ações dos policiais, sejam eles algozes ou vítimas, os dados nos mostram que é necessária a discussão sobre os cuidados e conscientização com a saúde mental de forma menos estigmatizada para que haja cada vez mais espaço de acolhimento e atualizações nas ações do fazer profissional cotidiano. Ação já feita por alguns grupos de policiais que buscam a religião como saída para cuidar de si e dos seus, como por exemplo a Associação PMs de Cristo. Associação criada por

policiais militares para cuidar de si e de seus colegas com intenção de diminuir o índice de violência interpessoal e doméstica por meio de ações em diferentes locais de trabalho. Como exposto, este grupo é formado por pessoas de diferentes denominações religiosas e dentre os trabalhos do grupo está a ida ao presídio.

A relação da construção da religiosidade de José e demais internos, conforme nos conta Andery (2012) abre espaço para discussão sobre o sagrado e o profano e a política de identidade institucional. De acordo com Bastide (2006) essa relação pode ser vista por meio do sagrado instituído, selvagem, que se apresenta por meio da magia da religião e a preocupação de José com os comentários dos colegas, certa perseguição; e o sagrado domesticado que está na ordem do instituído, coletivo. Fato exemplificado na história de José quando ele escolhe ir ao culto, seguir os dogmas religiosos e conversa consigo mesmo sobre o tempo de reclusão e sua relação com a família: esposa e filhos.

Nesse sentido, é possível pensar que a religião dentro da unidade prisional é apresentada por meio do sagrado domesticado, suas regras, limites e formas de viver para pessoas que estão vulneráveis em busca de pertencimento e segurança; situação que aponta lacuna nas políticas institucionais e assistenciais em relação ao suporte ao luto e cuidados emocionais.

A busca por respostas e cuidados se faz presente na trajetória de José desde antes do cumprimento de sua pena. Durante seu julgamento, busca a religião como forma de cuidado e encontro de respostas e como forma de resposta ao futuro rompimento de vínculo, escolhe casar-se com a esposa, com quem já tinha três filhas. Em seu processo de luto antecipatório, José busca transformações e adaptações e durante o cumprimento de sua pena vive diferentes mudanças em seu convívio familiar; o que possibilita o reconhecimento de mudanças que já estavam acontecendo e de certa forma o prepara experiência dentro da unidade prisional; uma vez que estava em busca de novas formas de agir.

Ao se separar da família, José, foi obrigado a viver o dia-a-dia longe de seu cotidiano conhecido e precisou reaprender a relação com eles a partir da distância física e desta nova realidade e sua família, foi impelida a lidar com sua ausência na dinâmica familiar. O luto é então vivenciado tanto por José quanto por cada um dos integrantes da

família, nos diferentes momentos de seu cumprimento de pena: sete anos de prisão em regime fechado e cinco anos de semiaberto para então passar ao aberto. Ou seja, cada integrante da família viveu a seu modo o luto e, conforme exposto, o tempo e espaço de cada um afetou a relação conjugal, José foi traído, o que culminou na separação do casal. Em relação ao luto, é possível dizer que as filhas e a esposa vivem um luto ambíguo, pois encontram José nas visitas, mas não tem a presença no cotidiano.

É possível dizer que durante o cumprimento da pena, José experimentou transformações e adaptações em sua identidade e na sua vida. Ao entrar no regime semiaberto, José passou por outras atualizações: separação conjugal e um novo relacionamento, admitiu a autoria de seus crimes reconhecendo sua identidade anterior do “profano selvagem”, desencadeando a reconstrução da sua nova identidade com valores religiosos.

Vale dizer que o processo de luto é contínuo e não se encerra, portanto, é possível que José ressignifique e reviva suas perdas a cada novo encontro para contar sua história de vida aos internos. O que nos conta que a atualização do processo de luto é contínua e caso ouvíssemos José atualmente, poderíamos conhecer novos detalhes e/ou significações.

Outrossim, pensar o movimento contínuo do processo de luto e a experiência de José e demais internos relacionados à religião, nos leva a refletir sobre os internos que escolhem não frequentar os cultos. Há espaços laicos, alternativos, que possibilitam a expressão das emoções?

Conforme exposto por Andery (2012) apesar de haver espaços como: oficinas manuais e trabalho laboral, eles não são apresentados como locais de encontro e troca em relação a emoções e experiências de vida.

Em suma, o presente artigo contribui para o debate sobre lutos não autorizados e transformações identitárias em contextos prisionais, ampliando a compreensão de como essas experiências são vividas e integradas pelos sujeitos e abre espaço para propor discussões relacionadas a marcadores sociais como: gênero.

Conforme exposto por Andery (2012), na época da pesquisa, havia grande diferença na organização do presídio masculino em relação ao presídio feminino. Os homens tinham acesso a cultos de segunda a domingo e as mulheres somente

três vezes na semana, assim como podiam circular por um espaço maior dentro do complexo. O prédio em que as mulheres ficam para cumprir pena é dentro do prédio da subseção do presídio masculino, o que gera menor possibilidade de movimento dentro do complexo para as mulheres.

Essas questões abrem espaço para refletirmos sobre o lugar da mulher na corporação, levando em conta a história da criação das instituições militares e mudanças socioculturais e de paradigmas vividos por todos.

Propõe-se que futuras pesquisas aprofundem o cuidado ao luto para além do olhar para a religião, buscando dar espaço e visibilidade para os lutos de uma parcela da população estigmatizada; de forma que seja possível compreender as demais questões sociais presentes no sistema prisional e outros contextos de privação de liberdade como hospitais de custódia e locais que recebem jovens em conflito com a lei.

Este estudo explorou os lutos vivenciados por pessoas privadas de liberdade, destacando como a privação de liberdade representa um rompimento significativo de vínculos que exige adaptações identitárias e emocionais. A partir da história de vida de José, foi possível compreender as complexas transformações identitárias que ocorrem em contextos prisionais, marcadas por perdas não reconhecidas e pela busca de ressignificação, mediada pela religiosidade.

A análise revelou que, embora a religião tenha desempenhado um papel central no processo de adaptação e reconstrução identitária de José, ela não deve ser vista como a única via para lidar com os lutos e desafios enfrentados no ambiente prisional. A centralidade da religiosidade aponta para lacunas nas políticas institucionais que poderiam oferecer suporte mais diversificado, abrangendo outras formas de cuidado emocional e psicológico. Além disso, a invisibilidade dos lutos não autorizados ou não reconhecidos reflete preconceitos sociais e institucionais que dificultam a expressão das dores emocionais dessas pessoas.

Os achados deste estudo ressaltam a importância de políticas públicas que promovam espaços para a vivência dos lutos e para a reconstrução de significados, indo além da esfera religiosa. A implementação dessas políticas pode contribuir

para humanizar as instituições prisionais e fomentar a reintegração social dos indivíduos, valorizando suas trajetórias e potencialidades.

No entanto, faz-se importante pensar ações de promoção e prevenção em saúde mental buscando melhor qualidade de vida e condições de trabalho para os policiais militares com foco em diminuição de estresse e riscos, com estratégias de redução do estigma associado à busca por ajuda psicológica e psiquiátrica em todos os níveis hierárquicos.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas investiguem outras formas de cuidado ao luto em contextos prisionais, especialmente para aqueles que não se identificam com práticas religiosas. Ampliar o olhar sobre os marcadores sociais e as especificidades das experiências vividas por pessoas privadas de liberdade pode enriquecer o debate sobre os impactos emocionais da privação de liberdade e oferecer subsídios para intervenções mais inclusivas e eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, M. C. R. **Emancipação e Submissão por meio da Religião?** Histórias de vida no Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. 124 p.

ANDERY, M. C. R. **Presídio Romão Gomes: a religião como meio de emancipação e submissão**. 1ed. Curitiba: Appris, 2016.

ANDERY, M. C. R. **Ouvindo as cicatrizes: luto do jovem por morte violenta**. Tese (doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2021

BASTIDE, R. **O Sagrado Selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Brasil. **Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm#art6. Acesso em: 11 dez. 2024.

CASELLATO, G. Luto e identidade. In: Casellato, Gabriela. (org.) **Luto por perdas não legitimadas na atualidade**. São Paulo: Summus, 2020, p. 25-36.

CASELLATO, G. Luto não reconhecido: um conceito a ser explorado. In: Casellato, G. (org.). **Dor silenciosa ou dor silenciada?** Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedades. 3. ed. Niterói: PoloBooks, 2015a. p. 19-33

CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas In DUNKER, C. I.L., & PASSOS, M.C., **Uma Psicologia que se interroga** – Ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. P. 133-144.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina:** um ensaio de psicologia social. 10. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CORDEIRO, S. **Até quando faremos relicários?** A função social do espaço penitenciário. 2ed. Ver e ampl. Maceió: EDUFAL, 2010

DOKA, K. J. Introduction. In: Doka, Kenneth J. (ed.). **Disenfranchised Grief:** New directions, challenges, and strategies for practice. USA: Research Press Publishers, 2002. p. 5-22

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

FRANCO, M. H. P. **O luto no século 21:** uma compreensão abrangente do fenômeno. São Paulo: Summus, 2021.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização.** Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936) trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KREUZ, G., Tinoco, V. (2016, janeiro). O luto antecipatório do idoso acerca de si mesmo – Revisão Sistemática. **Revista Kairós Gerontologia**, 19, N.o Especial 22, pp. 109-133. ISSN 2176-901X.

LAPA, W. Religião, religiosidade e Psicologia na vida cotidiana: Algumas reflexões. Introdução à Psicologia do cotidiano. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Psicossociais do Cotidiano.** São Paulo: Expressão e arte, 2007, p. 149-165.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Original de 1945).

PARKES, C. M.. **Amor e perda**: as raízes do luto e suas complicações. Tradução de Maria Helena Pereira Franco. São Paulo: Summus, 2009.

PARKES, C. M.. **Luto**: estudo sobre a perda na vida adulta. Tradução de Maria Helena Franco Bromberg. São Paulo: Summus, 1998.

PARKES, C. M. Psycho-social transitions: a field for study. **Social Science and Medicine**, vol. 5, p. 101-115, 1971. DOI: [https://doi.org/10.1016/0037-7856\(71\)90091-6](https://doi.org/10.1016/0037-7856(71)90091-6).

PESSOA, G. C. **A percepção de adultos jovens sobre a perda de um irmão na infância**: um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, J. P. Religião e Psicologia. In: Holanda, A. F. **A psicologia, religiosidade e fenomenologia**. Campinas: Átomo, 2004.

São Paulo. Tribunal de Justiça Militar. **Resolução nº 009/2012** instituiu o regimento interno de execução penal da Penitenciária Militar Romão Gomes. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://juristas.com.br/wp-content/uploads/pdf-results/juristas-5a9eb23a91da2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

São Paulo (Estado). **Lei complementar nº 893**, de 9 de março de 2001. Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2001/lei.complementar-893-09.03.2001.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

WORDEN, J. W. [1982]. **Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto**: um manual para profissionais da saúde mental. Trad. Adriana Zilberman, Leticia Bertuzzi, Susie Smidt. 4ª ed. São Paulo: Roca, 2013.